



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**
N.º 287-C, DE 2013
(Do Sr. Paulo Abi-Ackel)

Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, que "institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências"; tendo parecer: da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, pela aprovação deste, com substitutivo (relator: DEP. ASDRUBAL BENTES), e pela rejeição do de nº 304/16, apensado (relator: DEP. MARCOS ABRÃO).; da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste e do Substitutivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; e, no mérito, pela aprovação deste (relator: DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME), e pela aprovação do de nº 304/16, apensado (relator: DEP. ASSIS CARVALHO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (relator: DEP. LUIZ FERNANDO FARIA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

(*) Atualizado em 23/10/19, para inclusão apensados (2)

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

IV - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

V - Projetos apensados: 304-B/16 e 236/19

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A presente Lei Complementar tem por objetivo incluir na Região Centro-Oeste, para efeito de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, bem como na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, todos os Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, alterando, para tanto, o art. 2º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009 e acrescentando-lhe art. 20-A.

Art. 2º O art. 2º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A área de atuação da Sudeco abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o Distrito Federal e todos os Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.”
(NR)

Art. 3º A Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar acrescida de art. 20-A, com a seguinte redação:

“Art. 20-A. O inciso III do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o Distrito Federal e todos os Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Ainda que, ao ser instituída a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, pela Lei Complementar nº 94, de 1998, tenham nesta sido incluídos os Municípios de Minas Gerais integrados e pertencentes econômica e socialmente ao Entorno do Distrito Federal, estes Municípios até a presente data permanecem excluídos da Região Centro-Oeste, na qual encontram-se plenamente inseridos.

O presente Projeto de Lei Complementar visa a corrigir esse erro histórico na definição da Região Centro-Oeste, para efeito de planejamento das ações da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, bem assim para a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.

Propomos, assim, alterações na Lei Complementar nº 129, de

2009, de forma a tornar consentâneas as definições legais da Região Centro-Oeste e da RIDE-DF, tais como estabelecidas nas respectivas Leis Complementares citadas, e compatíveis o planejamento e ações governamentais em ambas as Regiões.

Acreditando, pois, firmemente que o presente Projeto de Lei Complementar representa significativo aprimoramento dos mecanismos de ação governamental na Região Centro-Oeste, em especial no que diz respeito ao Entorno do Distrito Federal, contamos com o apoio dos ilustres Colegas Parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 2013.

Deputado Paulo Abi-Ackel
PSDB/MG

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009

Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DA MISSÃO INSTITUCIONAL

Art. 1º É instituída a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, de natureza autárquica especial, com autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo único. A Sudeco manterá representantes regionais à medida que for exigido pelo desenvolvimento de suas atividades, que serão executadas em articulação com os governos estaduais.

Art. 2º A área de atuação da Sudeco abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal.

.....
CAPÍTULO VI
DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO
CENTRO-OESTE
.....

Art. 20. A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar acrescida do

seguinte art. 18-A:

"Art. 18-A. Observadas as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, às Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste cabem a implantação e a manutenção de ouvidorias para atender às sugestões e reclamações dos agentes econômicos e de suas entidades representativas quanto às rotinas e procedimentos empregados na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Parágrafo único. As ouvidorias a que se refere o caput deste artigo terão seu funcionamento guiado por regulamento próprio, que estabelecerá as responsabilidades e as possibilidades das partes envolvidas, reservando-se às instituições financeiras a obrigação de fornecimento das informações e justificações necessárias à completa elucidação dos fatos ocorridos e à superação dos problemas detectados."

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. (VETADO)

LEI COMPLEMENTAR Nº 94, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - (Ride) e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, conforme previsto nos arts. 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV, da Constituição Federal, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.

§ 1º A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unai e Buritis, no Estado de Minas Gerais.

§ 2º Os Municípios que vierem a ser constituídos a partir de desmembramento de território de Município citado no § 1º deste artigo passarão a compor, automaticamente, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho de que trata este artigo serão definidas em regulamento, dele participando representantes dos Estados e Municípios abrangidos pela RIDE.

.....

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA
AMAZÔNIA**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 287, de 2013, de autoria do Deputado Paulo Abi-Ackel, propõe a alteração da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, com o objetivo de incluir, na Região Centro-Oeste, todos os municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, para efeito de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

A proposta modifica, para tanto, o art. 2º da Lei Complementar nº 129, de 2009, que passa a abranger todos os municípios pertencentes à RIDE na área de atuação da Sudeco. Depois, introduz um novo dispositivo (art. 20-A), para alterar o inciso III do *caput* do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que passa a ter a seguinte redação:

"III - Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o Distrito Federal e todos os Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998." (NR)

Cabe a esta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia manifestar-se quanto ao mérito do projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Chega para análise desta Comissão o Projeto de Lei Complementar nº 287, de 2013, que propõe a inclusão de todos os municípios que formam a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE na Região Centro-Oeste e na sua Superintendência de Desenvolvimento, a Sudeco. O objetivo é tornar todos os municípios da RIDE, especialmente os mineiros, aptos ao benefício dos recursos do FCO.

A RIDE, composta pelo Distrito Federal e pelos municípios mineiros e goianos do seu entorno, forma uma região com graves problemas nas áreas de transportes públicos, saúde, saneamento básico, segurança pública e educação. Na área, impera um misto de falta de interesse e empenho por parte de diferentes gestores, ausência de atuação do Estado e de fiscalização na execução de obras e projetos. O resultado é uma região com altíssimos índices de homicídios, onde obras prioritárias, como hospitais, ficam abandonadas por décadas, onde a falta de integração no transporte coletivo de passageiros, entre outros absurdos, martiriza diariamente imenso contingente populacional. Isso ocorre a poucos quilômetros da sede do Governo Federal.

Criada em 1998 para articular e harmonizar as ações da União, do Distrito Federal e dos Estados de Minas Gerais e Goiás, bem como dos municípios localizados na área de influência de Brasília, a RIDE ainda não foi capaz de realizar a

integração a que se propôs. O principal motivo para a existência de tantos problemas é exatamente a falta de entendimento entre os níveis de governo.

A proposta do presente projeto de lei complementar é incorporar os municípios mineiros do entorno do Distrito Federal no “conceito” de Centro-Oeste, para integrar a Sudeco e para efeito do recebimento de recursos do FCO, uma vez que os municípios goianos, a rigor, já se encontram entre os potenciais beneficiários desse fundo. Adicionalmente ao acesso mais facilitado aos recursos da União, esses municípios também teriam aumentada sua capacidade de implementação das políticas públicas comuns.

Além da já citada omissão do poder público, os problemas do entorno do Distrito Federal se agravaram nas últimas décadas, devido ao excepcional crescimento populacional, sem o correspondente aumento na oferta de empregos e na melhoria da infraestrutura urbana dessas cidades-dormitório. Não se pode dissociar a pobreza, o desemprego, a violência, que vigoram nesse espaço, da atração exercida pela Capital Federal sobre os imigrantes de outras regiões economicamente deprimidas. A Capital do País beneficia-se dessa imensa massa de mão-de-obra, mas o poder público não a recompensa com serviços públicos dignos. Os habitantes do entorno do Distrito Federal são peças fundamentais no desenvolvimento das atividades econômicas locais, e os municípios onde residem devem estar institucionalmente aptos para receber recursos do FCO, de forma a viabilizar atividades produtivas.

A proposta tem o mérito de fortalecer a integração de parcela importante do entorno do Distrito Federal na economia regional, favorecendo o seu desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Porém, para contemplar o objetivo proposto pelo presente Projeto de Lei Complementar nº287/2013 algumas alterações são necessárias. Caso contrário, os Municípios mineiros da região da RIDE estarão excluídos de receberem recursos do FCO e FDCO, sob qualquer forma ou finalidade.

Pelo exposto, manifestamo-nos pela aprovação, quanto ao mérito desta Comissão de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, do Projeto de Lei Complementar nº 287, de 2013, com as devidas correções, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 5 de setembro de 2013.

Deputado ASDRUBAL BENTES
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 287, DE 2013

Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, que "institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO estabelece sua missão institucional, natureza

jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A presente Lei Complementar tem por objetivo incluir na Região Centro-Oeste, para efeito de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, bem como na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, todos os Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, alterando, para tanto, o art. 2º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009 e acrescentando-lhe art. 20-A.

Art. 2º O art. 2º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A área de atuação da Sudeco abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o Distrito Federal e os Municípios do Estado de Minas Gerais pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998." (NR)

Art. 3º A Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar acrescida de art. 20-A, com a seguinte redação:

"Art. 20-A. O inciso III do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o Distrito Federal e os Municípios do Estado de Minas Gerais pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998." (NR)

Art. 4º O inciso XVIII, do art. 4º, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

(...)

XVIII – observadas as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, gerenciar o Programa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, criado pela Lei Complementar nº94, de 19 de fevereiro de 1998;" (NR)

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 5 de setembro de 2013.

Deputado ASDRUBAL BENTES
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação, com substitutivo, do Projeto de Lei Complementar nº 287/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Asdrubal Bentes.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jerônimo Goergen, Presidente; Carlos Magno, Vice-Presidente; Asdrubal Bentes, Lúcio Vale, Marcio Junqueira, Miriquinho Batista, Plínio Valério, Sebastião Bala Rocha, Simplício Araújo, Wilson Filho, Zé Geraldo, Zequinha Marinho, Ademir Camilo, Átila Lins, Marcelo Castro e Urzeni Rocha.

Sala da Comissão, em 11 de setembro de 2013.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN
Presidente

SUBSTITUTO ADOTADO PELA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, que "institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A presente Lei Complementar tem por objetivo incluir na Região Centro-Oeste, para efeito de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, bem como na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, todos os Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, alterando, para tanto, o art. 2º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009 e acrescentando-lhe art. 20-A.

Art. 2º O art. 2º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A área de atuação da Sudeco abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o Distrito Federal e os Municípios do Estado de Minas Gerais pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do

Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.” (NR)

Art. 3º A Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar acrescida de art. 20-A, com a seguinte redação:

“Art. 20-A. O inciso III do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o Distrito Federal e os Municípios do Estado de Minas Gerais pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.” (NR)

Art. 4º O inciso XVIII, do art. 4º, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

(...)

XVIII – observadas as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, gerenciar o Programa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, criado pela Lei Complementar nº94, de 19 de fevereiro de 1998;” (NR)

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 11 de setembro de 2013.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I - RELATÓRIO

O Projeto em exame altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para incluir na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO todos os Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, que, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, abrange, além do Distrito Federal, vários Municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais. Coerentemente, é acrescido dispositivo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, redefinindo a abrangência do Centro-Oeste.

Justifica o Autor a iniciativa, alegando que a Proposição visa corrigir essa situação, de modo a tornar compatíveis o planejamento e as ações governamentais em benefício da Região Centro-Oeste, à qual se integra a RIDE, principalmente do ponto de vista econômico.

A Proposição foi inicialmente encaminhada à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, onde foi aprovada

por unanimidade, em forma de Substitutivo, que corrigiu algumas impropriedades, pois os Municípios de Goiás já integram o Centro-Oeste e a área de atuação da SUDECO já compreende aqueles Municípios, e os Municípios de Minas Gerais integrantes da RIDE não se beneficiariam dos recursos do FCO e FDCO.

A esta Comissão, cabe o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, e do mérito.

Posteriormente, a matéria será remetida para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação do Plenário, e tramite em regime de prioridade.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar a Proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, art. 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”.

Dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI art. 32, X, h) que se sujeitam ao exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública. Adicionalmente, estabelece a Norma Interna desta Comissão Temática, em seu artigo 9º, que “Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não”.

O projeto em tela altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para incluir na Região Centro-Oeste, para efeito de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, bem como na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, todos os Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.

O Substitutivo adotado pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia teve o propósito de explicitar a inclusão dos Municípios de Minas Gerais pertencentes à referida RIDE na destinação de recursos do FCO, bem como na área de atuação da Sudeco.

Tendo em vista que a referida RIDE existe e está em funcionamento, e também que os recursos e incentivos do FCO são limitados e disciplinados por legislação específica, entendemos não haver óbices quanto à análise da adequação orçamentária da Proposição em tela.

Por outro lado, é uma iniciativa meritória, pois excluir parte da RIDE das ações da SUDECO e os recursos dos fundos de desenvolvimento regional equivaleria a dividir uma região que, pelas suas características está integrada ao Distrito Federal e a Goiás, e é especialmente dependente da Capital da República.

Em vista disso, concluímos pela não implicação da matéria – Projeto original - em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, no tocante à sua adequação orçamentária e financeira, bem como do Substitutivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, não havendo, assim, por que manifestar-se a respeito do assunto, e, no mérito, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 287, de 2013.

Sala da Comissão, em 14 de Julho de 2015.

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 287/2013, do Substitutivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; e, no mérito, pela aprovação, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Simone Morgado - Presidente, Hildo Rocha e João Gualberto - Vice-Presidentes, Aelton Freitas, Alfredo Kaefer, Andres Sanchez, Cabo Sabino, Enio Verri, Fernando Monteiro, João Carlos Bacelar, José Guimarães, Júlio Cesar, Lelo Coimbra, Leonardo Quintão, Luiz Carlos Hauly, Luiz Fernando Faria, Miro Teixeira, Rodrigo Martins, Ronaldo Benedet, Vicente Candido, Carlos Andrade, Delegado Edson Moreira, Eduardo Cury, Elmar Nascimento, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jerônimo Goergen, Julio Lopes, Lucas Vergilio, Luis Carlos Heinze, Mauro Pereira, Pauderney Avelino, Pedro Uczai, Soraya Santos, Valtenir Pereira e Vinicius Carvalho.

Sala da Comissão, em 7 de dezembro de 2016.

Deputada SIMONE MORGADO
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – RELATÓRIO

O projeto sob exame propõe a alteração da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, que “institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”,

com vistas a incluir na Região Centro-Oeste todos os Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, para efeito de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Além de modificar a redação do artigo 2º da citada Lei Complementar, acrescenta-lhe um artigo visando a alterar o inciso III do *caput* do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

A Comissão de Finanças e Tributação opinou pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PLP nº 287/2013 e do Substitutivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e, no mérito, pela aprovação.

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia aprovou o PLP nº 287/2013, com substitutivo.

Vêm, agora, as proposições a esta Comissão para que se manifeste sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos regimentais.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria é da competência da União, cabendo ao Congresso Nacional manifestar-se sobre ela mediante lei complementar. Inexiste reserva de iniciativa.

Nada vejo no texto do PLP nº 287/2013 e do Substitutivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia que mereça crítica negativa quanto ao aspecto de constitucionalidade.

No que toca à juridicidade, o PLP nº 287/2013 apresenta imperfeição, mas que, uma vez corrigida pelo Substitutivo Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (alterando a redação do inciso XVIII do artigo 4º da Lei Complementar nº 129/2009), torna possível sua admissão ao ordenamento jurídico.

Bem escritos, os textos das proposições atendem ao previsto na Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, redação e alteração das leis, não merecendo reparos.

Ante o exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLP nº 287/2013, na forma do Substitutivo adotado na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, que, por sua vez, é constitucional, jurídico e de boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, em 31 de maio de 2017.

Deputado LUIZ FERNANDO FARIA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em

reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 287/2013, na forma do Substitutivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Luiz Fernando Faria.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Rodrigo Pacheco - Presidente, Alceu Moreira, Daniel Vilela e Marcos Rogério - Vice-Presidentes, Alessandro Molon, Antonio Bulhões, Arthur Lira, Benjamin Maranhão, Betinho Gomes, Bilac Pinto, Carlos Bezerra, Carlos Marun, Chico Alencar, Cristiane Brasil, Danilo Forte, Domingos Neto, Edio Lopes, Evandro Gussi, Fábio Sousa, Fausto Pinato, Félix Mendonça Júnior, Genecias Noronha, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Jorginho Mello, José Carlos Aleluia, José Mentor, Júlio Delgado, Jutahy Junior, Luiz Couto, Luiz Fernando Faria, Magda Mofatto, Marcelo Aro, Marco Maia, Maria do Rosário, Osmar Serraglio, Patrus Ananias, Paulo Teixeira, Renata Abreu, Ronaldo Fonseca, Rubens Bueno, Rubens Pereira Júnior, Silvio Torres, Tadeu Alencar, Thiago Peixoto, Toninho Pinheiro, Valmir Prascidelli, Wadih Damous, André de Paula, Arnaldo Faria de Sá, Bacelar, Carlos Melles, Célio Silveira, Covatti Filho, Delegado Edson Moreira, Giovani Cherini, Hugo Leal, Jerônimo Goergen, Jones Martins, Lincoln Portela, Pastor Eurico, Paulo Magalhães, Pr. Marco Feliciano, Roberto de Lucena, Shéridan e Soraya Santos.

Sala da Comissão, em 22 de agosto de 2017.

Deputado RODRIGO PACHECO
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 304-B, DE 2016 (Da Sra. Erika Kokay)

Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir o Município de Unaí - MG na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e abrangido na Região Centro-Oeste como beneficiário dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO; tendo parecer da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, pela rejeição (relator: DEP. MARCOS ABRÃO); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. ASSIS CARVALHO).

NOVO DESPACHO:
APENSE-SE AO PLP-287/2013

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A presente Lei Complementar tem por objetivo incluir na Região Centro-Oeste, para efeito de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, bem como na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, o Município de Unaí – MG.

Art. 2º O art. 2º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A área de atuação da SUDECO abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, e o Distrito Federal, além do Município de Unaí – MG.

Art. 3º O art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º...

...

III – Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, e o Distrito Federal, além do Município de Unaí – MG.

Art. 4 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir do exercício financeiro subsequente.

JUSTIFICAÇÃO

Os benefícios resultantes da localização dos Estados e Municípios em determinadas Regiões ou sob a esfera de atuação de cada Superintendência de Desenvolvimento não podem ser rigidamente circunscritos, pois se trata de áreas extensas e diversificadas, cujo raio de articulação econômico e social pode transcender os limites físicos convencionais.

Sob tal fundamentação, incluíram-se, por exemplo, na Região

Nordeste, partes dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Nossa Proposta vai nesse mesmo sentido, ao propor a inclusão do Município mineiro de Unaí como beneficiário do FCO e na área de atuação da SUDECO.

Unaí está umbilicalmente ligada ao Distrito Federal e à região geoeconômica integrada pela Capital da República.. Faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, e todos os projetos de interesse da microrregião não podem excluir o Município, sob pena de se desarticularem as ações de que depende o seu sucesso e condenar o Município a uma espécie de isolamento.

Por todas estas razões, solicito o empenho dos ilustres Pares no sentido apoiarem e aperfeiçoarem esta iniciativa.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 2016.

Deputada ERIKA KOKAY

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009

Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I **DA MISSÃO INSTITUCIONAL**

.....
Art. 2º A área de atuação da Sudeco abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal.

Art. 3º A Sudeco tem por finalidade promover o desenvolvimento regional, de forma incluyente e sustentável, e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.
.....

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-

Oeste - FCO, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 5º Para efeito de aplicação dos recursos, entende-se por:

I - Norte, a região compreendida pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, e Tocantins;

II - Nordeste, a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além das partes dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo incluídas na área de atuação da SUDENE; [\(Inciso com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20/7/1999\)](#)

III - Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal;

IV - semi-árido, a região natural inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, definida em portaria daquela Autarquia. [\(Inciso com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3/1/2007\)](#)

Parágrafo único. [\(VETADO na Lei 13.137, de 19/6/2015\)](#)

III - Dos Recursos e Aplicações

Art. 6º Constituem fontes de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste:

I - 3% (três por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, entregues pela União, na forma do art. 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal;

II - os retornos e resultados de suas aplicações;

III - o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial;

IV - contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

V - dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

Parágrafo único. Nos casos dos recursos previstos no inciso I deste artigo, será observada a seguinte distribuição:

I - 0,6% (seis décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte;

II - 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; e

III - 0,6% (seis décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 304, de 2016, de autoria da Deputada Érika Kokay, modifica o art. 2º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, que institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, entre outras providências. O dispositivo modificado trata da área de atuação da Superintendência que, no novo texto, passa a incluir o Município de Unaí (MG), além dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, e do Distrito Federal.

A proposição também altera o art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. A nova redação define, para efeito de aplicação dos recursos do FCO, Centro-Oeste, como a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal, além do Município de Unaí – MG.

A proposição deverá ainda ser analisada pelas Comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei Complementar nº 304, de 2016, de autoria da ilustre Deputada Érika Kokay, propõe a modificação da definição de Centro-Oeste dada pela Lei Complementar nº 129, de 1989, e pela Lei nº 7.827, de 1989, para efeito de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO. Segundo a proposta, a citada Região passa a abranger os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, o Distrito Federal e o Município de Unaí, no Estado de Minas Gerais.

De acordo com a Autora da proposta, *“Unaí está umbilicalmente ligada ao Distrito Federal e à região geoeconômica integrada pela Capital da República” e “faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, e todos os projetos de interesse da microrregião não podem excluir o Município, sob pena de se desarticularem as ações de que depende o seu sucesso e condenar o Município a uma espécie de isolamento”*.

A Lei Complementar nº 129, de 1989, e a Lei nº 7.827, de 1989, estabelecem as áreas beneficiárias dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. O art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal de 1988, estabeleceu que 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados devem ser aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os Fundos foram instituídos como um instrumento de política regional, cujo objetivo é a diminuição das desigualdades existentes entre as Regiões brasileiras, beneficiando as que apresentam indicadores socioeconômicos mais baixos que a média nacional. Apesar de o Centro-Oeste ter aumentado o seu Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos, ele ainda se encontra entre as três Regiões com menor participação no PIB nacional. De fato, o PIB do Centro-Oeste em 2012 representou 9,8% do PIB do País. O Sudeste, por sua vez, concentrando 55,4% do PIB nacional, ainda é a Região mais pujante e dinâmica, apesar de ser a mais afetada pela retração da economia brasileira.

A inclusão de Unaí - município localizado na Região Sudeste - entre os beneficiários dos recursos do Sudeco desfigura a intenção expressa na Constituição, no já citado art. 159, de destinar parcela dos impostos arrecadados pela União para o setor produtivo das Regiões menos desenvolvidas.

Por outro lado, o argumento de que o Município de Unaí estaria alijado dos projetos e ações desenvolvidas na região geoeconômica de Brasília não faz sentido. Unaí é um dos municípios que compõem a RIDE-DF, cujo objetivo é articular e harmonizar as ações administrativas da União, do Distrito Federal, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais, e dos municípios que a compõe para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional. Uma vez legalmente constituída, a RIDE tem prioridade no recebimento de recursos públicos destinados a investimentos que estejam de acordo com os interesses consensuados entre os entes. Esses recursos devem contemplar demandas por equipamentos e serviços públicos, fomentar arranjos produtivos locais, propiciar o ordenamento territorial e assim promover o seu desenvolvimento integrado.

Além de amparado institucionalmente pela RIDE-DF, Unaí apresenta o segundo maior PIB agropecuário de Minas Gerais (2014), um dos quatro maiores Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM-2010) da RIDE-DF e a menor incidência de pobreza nessa Região Integrada (28,81%). A situação de Unaí é bastante díspar da área mineira incluída na área de atuação da Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e beneficiária pelo FNE. Nesse caso, além da proximidade geográfica, há grande similaridade de clima, vegetação e das precárias condições socioeconômicas, sendo esse o motivo da inclusão dessas áreas na jurisdição da Sudene.

Assim, não vemos motivos para estender a um município dinâmico e institucionalmente integrado ao seu espaço geoeconômico a concessão de benefícios fiscais e creditícios destinados às áreas mais necessitadas, uma vez que tal transigência não contribui para a redução das diferenças econômicas e sociais entre as Regiões brasileiras.

Pelo exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 304, de 2016, quanto ao mérito desta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Sala da Comissão, em 25 de outubro de 2016.

Deputado MARCOS ABRÃO
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 304/2016, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Marcos Abrão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Marcos Abrão - Presidente, Alan Rick - Vice-Presidente, Angelim, Janete Capiberibe, Júlia Marinho, Lucio Mosquini, Ságuas Moraes, Wilson Filho, Zeca Cavalcanti, Abel Mesquita Jr., Edmilson Rodrigues, Jorge Boeira, Luiz Cláudio, Maria Helena, Professora Marcivania, Remídio Monai, Ricardo Teobaldo e Simone Morgado.

Sala da Comissão, em 9 de novembro de 2016.

Deputado MARCOS ABRÃO
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I. RELATÓRIO

A Proposição em exame visa incluir o Município de Unaí – MG na área de atuação da SUDECO e como beneficiário dos recursos do FCO, juntamente com as unidades federativas integrantes da Região Centro-Oeste.

A Autora justifica a Proposta, sob a alegação de que a delimitação das regiões geográficas e a abrangência das áreas de atuação das superintendências regionais de desenvolvimento não podem estar rigidamente delimitadas, dado o grau de articulação econômica e social dos entes municipais circunvizinhos. Respalda essa argumentação os diversos casos de áreas de Minas Gerais e Espírito Santo em relação ao Nordeste. Ressalta que Unaí está umbilicalmente ligada ao Distrito Federal e à região geoeconômica integrada pela Capital da República. E faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, cujas ações e recursos não podem excluir áreas sem as quais o próprio sucesso dos projetos de interesse da Região estaria comprometido.

A matéria foi inicialmente encaminhada à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, onde foi rejeitada. Nesta Comissão, está sujeita à análise da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, e do mérito. A etapa subsequente é a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Tramita em regime de prioridade e está sujeita à apreciação do Plenário.

II. VOTO

No tocante ao exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Proposta, dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados que somente se sujeitam ao referido exame as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública. Adicionalmente, estabelece a Norma Interna desta Comissão Temática, em seu artigo 9º, que “Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não”.

Destaca-se, nesse sentido, que, conquanto pugne contemplar novo Município no universo de beneficiários do FCO, a Proposição em análise em nada altera as disposições da Lei nº 7.827/1989, que especificam e limitam os recursos a

serem aplicados pelo referido Fundo, não implicando, nesse sentido, aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública.

Em relação ao mérito, permitimo-nos discordar do ilustre Relator que nos antecedeu. A inclusão do Município de Unaí entre os beneficiários do FCO não desfigura, de modo algum, os objetivos da criação dos fundos regionais de desenvolvimento, à medida que os mesmos têm um papel integrador e complementar nos programas de desenvolvimento do conjunto de entes que compõem um mesmo universo econômico e social. Impedir o acesso daquele Município aos recursos do FCO equivale a destacar uma parte do todo, a excluir uma parte do mesmo conjunto, descartar das atividades e projetos de um grupo homogêneo um Município que já pertence à RIDE, e que se constitui em foco da atuação dos governos estaduais da Região Centro-Oeste. Por outro lado, as diferenças entre os indicadores econômicos de cada Município não justificam a exclusão seletiva de um ou de outro, continuando válido o princípio segundo o qual, dentro de cada conjunto de entes integrados, se dê a destinação de recursos que seja mais compatível com o objetivo de redução de suas disparidades.

Diante do exposto, somos pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação orçamentária e financeira da matéria, e, no mérito, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 304, de 2016.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2017.

Deputado ASSIS CARVALHO
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 304/2016; e, no mérito, pela aprovação, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Assis Carvalho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Covatti Filho - Presidente, Mário Negromonte Jr. - Vice-Presidente, Alexandre Baldy, Alfredo Kaefer, Andres Sanchez, Benito Gama, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Enio Verri, Fernando Monteiro, Givaldo Carimbão, João Gualberto, José Nunes, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Luciano Bivar, Luciano Ducci, Luiz Carlos Hauly, Miro Teixeira, Paulo Henrique Lustosa, Pedro Paulo, Professor Victório Galli, Soraya Santos, Vicente Candido, Walter Alves, Yeda Crusius, Assis Carvalho, Carlos Andrade, Eduardo Cury, Esperidião Amin, Expedito Netto, Fausto Pinato, Félix Mendonça Júnior, Helder Salomão, Hildo Rocha, Izalci Lucas, Jerônimo Goergen, João Paulo Kleinübing, Jorginho Mello, Keiko Ota, Lindomar Garçon, Lucas Vergilio, Luis Carlos Heinze, Marcelo Álvaro Antônio, Newton Cardoso Jr, Paulo Teixeira, Victor Mendes e Vinicius Carvalho.

Sala da Comissão, em 23 de agosto de 2017.

Deputado COVATTI FILHO
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

N.º 236, DE 2019

(Da Sra. Greyce Elias)

Altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE - os municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Unaí e Uruana de Minas, no Estado de Minas Gerais, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para incluir na área de atuação da SUDECO os seguintes municípios no Estado de Minas Gerais: Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Arapuá, Araxá, Brasilândia de Minas, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guarda-Mor, Guimarães, Gurinhatã, Ibiá, Indianópolis, Ipiacaçu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Limeira do Oeste, Matutina, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, São Francisco de Sales, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas, Varjão de Minas, Vazante e Veríssimo.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PLP-287/2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE – e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

§ 1º A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de

Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e no Estado de Minas Gerais a microrregião de Unaí, composta pelos municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Unaí e Uruanana de Minas.

Art. 2º. A Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, que institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A área de atuação da Sudeco abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o Distrito Federal, os Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, conforme definido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, e os seguintes municípios do Estado de Minas Gerais: Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Arapuá, Araxá, Brasilândia de Minas, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guarda-Mor, Guimarânia, Gurinhatã, Ibiá, Indianópolis, Ipiacu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Limeira do Oeste, Matutina, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, São Francisco de Sales, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas, Varjão de Minas, Vazante e Veríssimo. (NR).

(...)

Art. 4º

XVIII – observadas as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, gerenciar o Programa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, criado pela Lei Complementar nº 94, de 19 de

fevereiro de 1998;” (NR)

Art. 3º A Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 20-A. A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação: (AC)

“Art. 5º. Para efeito de aplicação dos recursos, entende-se por:

(...)

III - Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o Distrito Federal, os Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, e os seguintes municípios do Estado de Minas Gerais: Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Arapuá, Araxá, Brasilândia de Minas, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guarda-Mor, Guimarães, Gurinhatã, Ibiá, Indianópolis, Ipiaçu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Limeira do Oeste, Matutina, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, São Francisco de Sales, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas, Varjão de Minas, Vazante e Veríssimo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao de sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

Nossa propositura visa reconhecer a grande força de atração econômica exercida pelas metrópoles da Região Centro-Oeste e atualizar a legislação para melhorar a eficiência do Fundo do Centro-Oeste (FCO).

A caracterização da regionalização econômica brasileira não guarda necessariamente as divisas oficiais dos Estados Federados. São ilusórios os limites administrativos dos entes federativos no que dizem respeito às delimitações das áreas de influência econômica e demográfica das metrópoles.

Com efeito, devido à proximidade geográfica e de mercados, gravitam em torno das macrorregiões do Centro-Oeste muitos municípios de Minas Gerais, que criaram uma interação econômica e populacional. Várias pequenas e médias cidades de Minas Gerais sofrem a força de atração desses macropolos metropolitanos. Cidades como Brasília e Goiânia, por exemplo, tem tal força gravitacional econômica que sua área de influência vai muito além dos limites do Distrito Federal e do Estado de Goiás. A força atrativa dessas metrópoles suscita decisões de investimentos e causam uma dependência econômica em vários municípios mineiros que fornecem mão-de-obra, bens e serviços.

Os movimentos populacionais entre as cidades e a troca de bens e serviços são a prova maior do nível de influência econômica e demográfica que o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm em relação aos municípios de Minas Gerais que fazem divisa com estes entes federados.

Por isso, estamos propondo a atualização da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, para incluir os municípios da microrregião de Unaí, que são: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Unaí e Uruana de Minas.

Além disso, estamos propondo que a área de atuação da SUDECO seja estendida para alcançar em Minas Gerais as microrregiões fronteiriças que são influenciadas pelas cidades do Centro-Oeste:

- Microrregião de PARACATU (Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Paracatu, Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté, Varjão de Minas e Vazante);
- Microrregião de ITUIUTABA (Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu, Ituiutaba e Santa Vitória)
- Microrregião de UBERLÂNDIA (Araguari, Araporã, Canápolis, Cascalho Rico, Centralina, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Tupaciguara e Uberlândia);
- Microrregião de PATROCÍNIO (Abadia dos Dourados, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Iraí de Minas, Monte Carmelo, Patrocínio, Romaria e Serra do Salitre);
- Microrregião de PATOS DE MINAS (Arapuá, Carmo do Paranaíba, Guimarães, Lagoa Formosa, Matutina, Patos de Minas, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gotardo e Tiros);
- Microrregião de FRUTAL (Campina Verde, Carneirinho, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pirajuba, Planura, São Francisco de Sales e União de Minas);
- Microrregião de UBERABA (Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Uberaba e Veríssimo); e
- Microrregião de ARAXÁ (Araxá, Campos Altos, Ibiá, Nova Ponte, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Sacramento, Santa Juliana e Tapira)

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2019

Deputada GREYCE ELIAS
AVANTE/MG

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI COMPLEMENTAR Nº 94, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - (Ride) e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, conforme previsto nos arts. 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV, da Constituição Federal, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.

§ 1º A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no Estado de Minas Gerais. [\(Parágrafo com redação dada pela Lei Complementar nº 163, de 14/6/2018\)](#)

§ 2º Os Municípios que vierem a ser constituídos a partir de desmembramento de território de Município citado no § 1º deste artigo passarão a compor, automaticamente, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho de que trata este artigo serão definidas em regulamento, dele participando representantes dos Estados e Municípios abrangidos pela RIDE.

LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009

Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I
DA MISSÃO INSTITUCIONAL**

Art. 1º É instituída a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, de natureza autárquica especial, com autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo único. A Sudeco manterá representantes regionais à medida que for exigido pelo desenvolvimento de suas atividades, que serão executadas em articulação com os governos estaduais.

Art. 2º A área de atuação da Sudeco abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal.

Art. 3º A Sudeco tem por finalidade promover o desenvolvimento regional, de forma incluyente e sustentável, e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Art. 4º Compete à Sudeco:

I - definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste;

II - elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, articulando-o com as políticas e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais e, em especial, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

III - formular programas e ações com os ministérios para o desenvolvimento regional;

IV - articular a ação dos órgãos e entidades públicos e fomentar a cooperação dos entes econômicos e sociais representativos da região;

V - assessorar, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do Orçamento Geral da União em relação aos projetos e atividades prioritários para o Centro-Oeste;

VI - atuar como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e assegurar a diferenciação regional das políticas públicas nacionais, que sejam relevantes para o desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme disposto no § 7º do art. 165 da Constituição Federal e no caput e § 1º do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

VII - apoiar, em caráter complementar, os investimentos públicos e privados nas áreas de infra-estrutura econômica e social, a capacitação de recursos humanos, a inovação e a difusão tecnológica, as políticas sociais e culturais e as iniciativas de desenvolvimento regional;

VIII - promover a cooperação com consórcios públicos e organizações sociais de interesse público para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste;

IX - assegurar a articulação das ações de desenvolvimento com o manejo controlado e sustentável dos recursos naturais;

X - estimular a obtenção de patentes e apoiar as iniciativas que visam a impedir que o patrimônio da biodiversidade seja pesquisado, apropriado e patenteado em detrimento dos interesses da Região e do País;

XI - promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental dos ecossistemas regionais, em especial do Cerrado e do Pantanal, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões;

XII - identificar, estimular e promover oportunidades de investimentos em atividades produtivas e iniciativas de desenvolvimento regional, na forma da lei e nos termos

do § 2º do art. 43 da Constituição Federal;

XIII - definir, mediante resolução, os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na Região, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico;

XIV - coordenar programas de extensão e gestão rural e de assistência técnica e financeira internacional no Centro-Oeste;

XV - promover o ordenamento e a gestão territorial, em escalas regional, sub-regional e local, mediante o zoneamento ecológico- econômico e social, em articulação com os órgãos e entidades federais responsáveis pelas questões relativas à defesa nacional, à faixa de fronteiras e ao meio-ambiente;

XVI - gerenciar os programas de desenvolvimento regional do Governo Federal constantes nas leis orçamentárias direcionados à Região Centro-Oeste;

XVII - gerenciar, por delegação do Ministério da Integração Nacional ou de outros órgãos e entidades da administração pública federal, programas de desenvolvimento regional que abrangem tanto Municípios situados no Centro-Oeste como Municípios situados em outras macro-regiões do País, sendo vedada a utilização de recursos próprios, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, sob qualquer forma ou finalidade, nos Municípios situados fora do Centro- Oeste;

XVIII - observadas as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, gerenciar o Programa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, criado pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, sendo vedada a utilização de recursos próprios, do FCO e do FDCO, sob qualquer forma ou finalidade, nos Municípios situados fora do Centro-Oeste;

XIX - observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional e ouvidos os Estados e o Distrito Federal, estabelecer, anualmente, as diretrizes, as prioridades e o programa de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

XX - observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional e ouvidos os Estados e o Distrito Federal, estabelecer, anualmente, as diretrizes, as prioridades e o programa de financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro- Oeste - FDCO, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Parágrafo único. As ações da Sudeco serão pautadas pelas diretrizes e prioridades do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Art. 5º A Sudeco compõe-se de:

I - Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II - Conselho Administrativo da RIDE;

III - Diretoria Colegiada;

IV - Procuradoria-Geral;

V - Auditoria-Geral;

VI - Ouvidoria.

CAPÍTULO VI

DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

Art. 20. A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 18-A:

"Art. 18-A. Observadas as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, às Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste cabem a implantação e a

manutenção de ouvidorias para atender às sugestões e reclamações dos agentes econômicos e de suas entidades representativas quanto às rotinas e procedimentos empregados na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Parágrafo único. As ouvidorias a que se refere o caput deste artigo terão seu funcionamento guiado por regulamento próprio, que estabelecerá as responsabilidades e as possibilidades das partes envolvidas, reservando-se às instituições financeiras a obrigação de fornecimento das informações e justificações necessárias à completa elucidação dos fatos ocorridos e à superação dos problemas detectados."

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. (VETADO)

Art. 22. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega
João Bernardo de Azevedo Bringel
Geddel Vieira Lima

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

II - Dos Beneficiários

Art. 5º Para efeito de aplicação dos recursos, entende-se por:

I - Norte, a região compreendida pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, e Tocantins;

II - Nordeste, a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além das partes dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo incluídas na área de atuação da SUDENE; [\(Inciso com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20/7/1999\)](#)

III - Centro-Oeste, a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal;

IV - semi-árido, a região natural inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, definida em portaria daquela Autarquia. [\(Inciso com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3/1/2007\)](#)

Parágrafo único. [\(VETADO na Lei 13.137, de 19/6/2015\)](#)

III - Dos Recursos e Aplicações

Art. 6º Constituem fontes de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste:

I - 3% (três por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, entregues pela União, na forma do art. 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal;

II - os retornos e resultados de suas aplicações;

III - o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial;

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
